

José Veríssimo: a valorização do urbano e a imagem do indígena

MARIANA MORENO CASTILHO*

Considerando que a identidade constrói-se mediante a diferença, e que o final do século XIX foi marcado por uma reelaboração do imaginário social, a imagem do indígena deslocou-se na ótica intelectual desse contexto concomitantemente às mudanças políticas e econômicas do Brasil.

Buscaremos a seguir entender como a valorização do urbano interferiu na constituição do olhar de José Veríssimo (1857-1916) para o indígena. Lembremo-nos que Veríssimo cresceu no Pará e desenvolveu estudos etnográficos sobre a Amazônia, tanto no início da sua carreira com *Primeiras páginas* (1878) e *Cenas da vida amazônica* (1886), como no final com *Interesses da Amazônia* (1915).

Convém pontuar que, em 1891, José Veríssimo mudou-se do Pará para o Rio de Janeiro, onde passou a escrever para o recém inaugurado *Jornal do Brasil*, assim como também ocupou o cargo de diretor do Externato do Ginásio Nacional, antigo Colégio Pedro II. (VERÍSSIMO, 2001, [1ª ed.1907]: 12). Dessa forma, ele pôde vivenciar o intenso impacto das transformações urbanísticas tanto no Rio de Janeiro como em Belém. Cidades que tiveram o processo de urbanização impulsionado pelo destaque da exportação da borracha, no Pará, e do café, no Rio de Janeiro.

* FFLCH/USP, pós-doutoranda em História Social, bolsista FAPESP.

Sylvia F. Damazio (1996), em *Retrato Social do Rio de Janeiro na Virada do Século*, perpassa pelo problema do abastecimento de água no Rio de Janeiro que se desencadeou a partir da alta taxa de crescimento urbano no final do século XIX. Damazio argumenta que, em 1870, os 15 milhões de litros diários consumidos pelos habitantes do Rio, foram sendo gradualmente aumentados. No entanto, o crescimento populacional fazia com que sempre se instalasse o problema da falta de água no cotidiano dessa cidade. Sendo vital para a limpeza e a saúde de seus habitantes, a falta d'água colaborou para a alta taxa de mortalidade detectada em 1891 no Rio de Janeiro. (DAMAZIO, 1996:74). Conforme Damazio (1996) alega:

A alta mortalidade constatada em 1891 levou as autoridades sanitárias a denunciarem as condições geradoras desse índice elevado e a defenderem a adoção de medidas cabíveis, dentre elas, o abastecimento de água potável em volume suficiente. (Id. Ibidem: 74).

Convém lembrar que em 1889, enquanto Paris abastecia em média 300 litros de água diários por habitante, Nova York 568 litros, Londres 175, o Rio de Janeiro tentava alcançar os 65 litros por habitante. (Id. Ibidem: 74).

Em 26 de dezembro de 1898, José Veríssimo escreveu para o seu amigo Machado de Assis, reclamando da falta de água no Rio de Janeiro:

Meu caro Machado, - Vários são os motivos desta, dos quais o primeiro é dizer-lhe que saudades suas são mato – já vê que entro a falar a língua de matuto – e que enorme é o desejo de vê-lo e conversá-lo. – Outro é pedir-lhe interponha os seus bons ofícios perante quem competir para que nós, pobres moradores da Boca do Mato, no Meyer, tenhamos água em maior abundancia e em horas menos impróprias. Imagine V. que eu, que moro á rua Lins de Vasconcelos, 30, apenas tenho água nas 3.as , 6.as e domingos – mas que essa água, mais escassa que a do Oreb, apenas começa a correr ás 10h da noite, obrigando a ter um criado acordado ás vezes até 1h. para aproveitá-la, conduzindo-a para vários depósitos. Um horror! (NERY, 1932:102-103).

A falta de água no Rio de Janeiro refletia uma de tantas outras conseqüências do crescimento populacional nessa cidade do final do século XIX e início do século XX. Como ilustra José Murilo de Carvalho:

Vê-se que a década que precedeu a República apresenta o maior crescimento populacional relativo. Em termos absolutos, tem-se que a população quase dobrou entre 1872 e 1890, passando de 266 mil a 522 mil. A cidade teve ainda que absorver uns 200 mil novos habitantes na última década do século. Só no ano de 1891, entraram 166.321 imigrantes, tendo saído para os estados 71 264. (CARVALHO, 1987:17).

José Murilo de Carvalho, ao abordar os diversos impactos desse crescimento, assinala que os “velhos problemas de abastecimento, de saneamento e de higiene viram-se agravados de maneira dramática no início da República com o mais violento surto de epidemias da história da cidade”. E pondera que o Rio de Janeiro, especialmente no verão, tornara-se um lugar propenso à propagação de doenças e que, temendo isso, o corpo diplomático frequentemente subia para Petrópolis. (Id. Ibidem: 19).

O hábito dos diplomatas e intelectuais viajarem para Petrópolis torna-se nítido nas cartas trocadas entre José Veríssimo e Oliveira Lima. Veríssimo relata diversas vezes sua estadia nessa cidade, assim como aponta outros confrades intelectuais, como Oliveira Lima e Graça Aranha, que também desfrutavam dos ares de Petrópolis. (José Veríssimo to Oliveira Lima, 21/04/1906, Oliveira Lima Library Papers).

Entre as epidemias recorrentes nesse contexto, podemos mencionar a varíola, a febre amarela, a malária e a tuberculose, que colaboraram para que em 1891 a taxa de mortalidade atingisse “seu mais alto nível, matando 52 pessoas em cada mil habitantes”. (CARVALHO, 1987:19).

A propagação dessas doenças encontrou solo fértil diante do contexto carioca do final do século XIX e início do XX, com os baixos salários da população, o alto custo da alimentação e dos aluguéis e as péssimas condições higiênicas. Dessa forma, como lembra Sylvia F. Damazio (1996), diante de salários desvalorizados devido à grande oferta de mão-de-obra, “morando mal e se alimentando pior, o carioca tornou-se presa fácil de todas as doenças”. (DAMAZIO, 1996:62).

Devemos lembrar que a questão habitacional agravou-se ainda mais após a reforma urbana realizada por Pereira Passos, prefeito da cidade de 1902 a 1906. Através dessa reforma, movimento conhecido como “bota abaixo”, Pereira Passos destruiu diversas áreas, desencadeando o aumento da procura por moradia e, conseqüentemente, dos preços dos aluguéis. (Id. Ibidem: 61). Damazio (1996) assinala que, enquanto a Prefeitura “interditou ou fez demolir mais de 600 habitações coletivas que abrigavam cerca de 13.000 pessoas”, a

Saúde Pública “demoliu cerca de 70 casas, desalojando em torno de 1000 pessoas”. (Id. Ibidem: 61).

Diante do caos urbano que foi se constituindo no Rio de Janeiro, capital do Brasil e, portanto, símbolo da imagem do país, Pereira Passos, prefeito da cidade de 1902 a 1906, com intuito de captar investimentos estrangeiros, decidiu realizar a mencionada reforma urbanística.

O projeto de reurbanização implementado por Pereira Passos concedeu lugar a grandes avenidas. Entre essas podemos mencionar a Mem de Sá, Gomes Freire, Passos, Beira-Mar, Salvador da Sé e Atlântica. Outras ruas, como a Sete de Setembro, a Frei Caneca e a Treze de Maio foram alargadas. No entanto, diante de tantas transformações, foi a Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, a que mais se destacou, constituindo-se, como Damazio (1996) define, como a “mais importante artéria da cidade”. Nela concentravam-se casas comerciais com estilo art-nouveau, hotéis, sede de jornais, a Escola de Belas Artes, a Biblioteca Nacional, o Teatro Municipal, o Palácio Monroe e, como lembra Lilia Moritz Schwartz e Angela Marques da Costa (2000), os “transeuntes à francesa”. (DAMAZIO,1996: 25-26; COSTA, 2000:28).



Avenida Central, 1910. Coleção Gilberto Ferrez. Foto: Marc Ferrez. In: PARENTE, José Inácio e MONTE-MÓR (Orgs.). Rio de Janeiro: Retratos de Cidade. Rio de Janeiro: Interior Produções, c. 1994, p.176.

Através dessa reforma, o prefeito Pereira Passos visava romper com a imagem do Rio de Janeiro colonial, tentando vinculá-la à de capital da República, entrelaçada à concepção de modernidade e civilização. Porém, não devemos esquecer que, como lembra Damazio (1996):

Garantir o fluxo imigratório e de capitais e o próprio funcionamento do comércio internacional foram, sem dúvida, as metas traçadas e, para isso, governos federal e

municipal empreenderam as grandes obras de remodelação da cidade que marcaram os primeiros anos deste século, e que deram ao Rio de Janeiro a aparência de “cidade maravilhosa”. (DAMAZIO, 1996: 26).

Convém esclarecer que o processo de urbanização ocorrido no Rio de Janeiro e em outras cidades do Brasil no final do século XIX e início do século XX seria, como assinala Emilia Viotti da Costa (1977), “essencialmente fruto da expansão comercial resultante da integração do país no mercado internacional”. (COSTA, 1977: 200). Dessa forma, os principais núcleos urbanos

[...] continuavam a ser os principais portos exportadores. Ainda em 1912, as cinco maiores cidades – Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife, Belém – correspondem aos cinco principais portos exportadores, com exceção de São Paulo, que não é porto mas tem à sua disposição o porto de Santos, por onde escoava a produção cafeeira. (Id. Ibidem: 205).

Devido ao destaque do café e da borracha¹ entre os produtos de exportação nacional, as cidades do Rio de Janeiro e de Belém atraíram imigrantes nacionais e estrangeiros, além de simultaneamente se enriquecerem e urbanizarem-se. Horacio Gutiérrez, Ida Lewkowicz e Manolo Florentino (2008), em *Trabalho compulsório e trabalho livre na História do Brasil*, demonstram que na segunda metade do século XIX “as regiões que mais absorveram mão-de-obra foram o Sudeste em busca de braços para a cultura cafeeira, e a Amazônia, onde a produção de borracha crescia sem parar”. (LEWKOWICZ, 2008: 47). No entanto, devemos diferenciar as migrações para essas duas regiões. Enquanto a região da Amazônia foi predominantemente foco de uma migração nordestina, devido às intensas secas, aos agenciadores² e ao declínio do trabalho escravo³, no Sudeste houve uma maior imigração

¹ Até 1880 a Amazônia, por ser o habitat da *Hevea Brasiliensis*, foi a única fornecedora mundial desse produto. No começo do século XX, a borracha da Amazônia era de melhor qualidade que a da África Ocidental, sua concorrente de mercado. Porém, em 1912, a borracha da Amazônia perde lugar no mercado internacional para as produzidas na Ásia. (WEINSTEIN, 1993: 23).

² Como Weinstein (1993) aponta, entre 1890-1907 a população de Belém cresceu aproximadamente 25% anualmente, sendo que em 1900 essa cidade tinha 96.560 habitantes. Como a autora pondera, apesar de parte desse número de habitantes representarem estrangeiros, “o fator isolado mais importante foi a entrada de nordestinos, em consequência das secas de 1889, 1898 e 1900. [...] Segundo um relatório de 1897 de um secretário do estado do Pará, a metade leste de Belém (onde havia um grande número de bairros rurais) possuía ‘uma população quase predominantemente nordestina’”. (WEINSTEN, 1993: 105-106).

Também devemos assinalar o subsídio governamental para a migração do Nordeste para o Norte. Como Cristina Sheibe Wolff lembra, durante os períodos de secas o governo do Império ou da República subsidiava a passagem dos retirantes até postos intermediários em Belém ou Manaus, e o governo da província ou do estado arcava com as despesas da hospedagem e da alimentação desses retirantes. (BRANCO, José Moreira Brandão Castelo.

estrangeira, que foi empregada em princípio nas lavouras de café e, posteriormente, no trabalho fabril. Como Lewkowicz, Gutiérrez e Florentino (2008) apontam:

O trabalho fabril começou a firmar-se no fim do século XIX, proporcionando o engajamento de grande número de imigrantes. [...]

Embora houvesse trabalhadores nacionais em diversos ramos industriais, predominaram de início os imigrantes. A indústria desenvolveu-se fortemente no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde preponderavam os italianos, seguidos de portugueses e espanhóis. (LEWKOWICZ, 2008:65).

Dessa forma, como assinala Emilia Viotti (1977), os imigrantes, principalmente nos núcleos urbanos dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, “tiveram papel importante na indústria tanto na qualidade de empresários como na de operários”. (COSTA, 1977: 196). Lewkowicz, Gutiérrez e Florentino (2008) esclarecem que na cidade de São Paulo, em 1901, os estrangeiros correspondiam a 90% dos 12 mil operários e que, apesar de no Rio de Janeiro não haver uma concentração tão alta de estrangeiros entre o operariado como em São Paulo, em 1920 essa cidade contava com 35% de mão-de-obra estrangeira no trabalho industrial. (LEWKOWICZ, 2008: 65-66).

É importante salientar que José Veríssimo teve contato tanto com a reurbanização do Rio de Janeiro como também presenciou as transformações urbanísticas na cidade de Belém no final do século XIX, sendo influenciado por essa atmosfera de urbanização e “modernização” que marcavam ambas as cidades. Como nos diz Edward Said:

Não creio que os escritores sejam mecanicamente determinados pela ideologia, pela classe ou pela história econômica, mas acho que estão profundamente ligados à história de suas sociedades, moldando e moldados por essa história e suas experiências sociais em diferentes graus. A cultura e suas formas estéticas derivam da experiência histórica [...] (SAID, 1995:23).

Povoamento da Acreania, revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 250: 119-256, jan.-mar.1961, p.151-152, nota n. 99. Apud: WOLFF, 1999: 57-58).

³ Também devemos considerar que, em meados do século XIX, houve um aumento de migrações de escravos e libertos para o Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1852, do total de escravos que ingressaram no Rio de Janeiro, 82 % haviam nascido em outras regiões do Brasil e apenas 18% na África. Dos nascidos no Brasil, 83% haviam nascido no Nordeste.

Apesar de grande parte dos escravos terem ido trabalhar na agricultura, muitos desses também desenvolveram diversos ofícios, como costureira, pedreiro, carpinteiro, sapateiro na cidade do Rio de Janeiro. (LEWKOWICZ, 2008:47).

E justamente por isso consolida-se a importância de falarmos dessas duas cidades, Rio de Janeiro e Belém, cuja urbanização foi vivenciada por Veríssimo e acabou interferindo na percepção desse intelectual sobre o indígena, um ser antagônico à valorizada concepção de cidade e modernidade.

Vindo do Pará para o Rio de Janeiro em 1891, logo após ter publicado *A educação nacional* (1890), José Veríssimo antes pôde vivenciar o impacto que o lucro gerado em torno da extração de borracha proporcionou no remodelamento no espaço urbano de Belém e nos hábitos da sua população.

Assim como no Rio de Janeiro, com a reforma de Pereira Passos, houve uma desocupação residencial das áreas centrais, em Belém a região próxima à Cidade Velha foi gradualmente sendo ocupada pelo comércio e as pessoas que lá residiam foram se mudando para áreas periféricas, onde as terras eram mais baratas, permitindo dessa forma a construção de suas “rocinhas”.⁴

Os hábitos das pessoas que circulavam no espaço urbano de Belém também começaram a ser fiscalizados. O intendente Antônio José Lemos, através da Lei n. 158, de 17 de novembro de 1897, criou a Polícia Municipal, encarregada de fiscalizar os hábitos da população segundo as diversas leis promulgadas nesse período. Como Maria de Nazaré Sarges (2002) aponta em *Belém: Riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*, tais leis regulamentavam

[...] aspectos mais diversos da cidade, desde a higienização dos estabelecimentos públicos, habitações coletivas, hotéis, pensões, hospitais, barbearias, mercados, asilos, fábricas, até o controle de alimentos a serem vendidos à população. (SARGES, 2002: 145).

Bárbara Weinstein (1993) destaca, em *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*, alguns dos resultados da conciliação entre a expansão do comércio da borracha e o desejo do Estado em criar um espaço urbano que causasse o deslumbramento das pessoas, especialmente dos estrangeiros que investiriam nesse espaço público. Ela diz que:

No auge da expansão, Belém era uma das mais notáveis cidades da América Latina. Depois do Rio de Janeiro e de Santos, era o porto mais movimentado do Brasil, com

⁴ Conforme Sarges explica, rocinha era uma casa de campo ampla, com varanda, que ficava no meio de um terreno com árvores frutíferas. (SARGES, 2002: 83-84).

uma população urbana que se aproximava rapidamente do quarto milhão, em 1910. Possuía um sistema moderno de bondes elétricos, amplo serviço telefônico, água encanada e iluminação pública elétrica. As principais vias públicas eram bulevares uniformemente pavimentados, margeados de mangueiras, cujas frondes densas e graciosas protegiam os transeuntes do tórrido sol tropical. Diversas praças públicas grandes e vistosamente ajardinadas, exibiam fontes, coretos e estátuas imponentes, e a Praça da República, localizada no centro da cidade, apresentava pomposos edifícios, tais como o Palácio do Governo e o Teatro da Paz. Por toda a cidade espalhavam-se monumentos e palacetes de tamanho e decoração variados. (WEINSTEIN, 1993: 219-220).

Enfim, a riqueza gerada pelo látex financiou a reorganização do espaço urbano de Belém, com a construção de prédios como o Mercado Municipal do Ver-o-Peso, o Teatro da Paz, Palacete Bolonha, Palacete Pinho, a implantação de uma linha de bonde, de bancos e das companhias seguradoras da borracha. Também surgiram, nesse período, inúmeras “casas de diversões, como o Café Chic, Café da Paz (local preferido de reuniões para discussões políticas), Moulin Rouge, Chat Noir, Café Madri e Café Riche, este último considerado um dos principais centros da sociedade paraense”. (SARGES, 2002: 83).

No Teatro da Paz apresentavam-se companhias artísticas da França, Portugal e Rio de Janeiro. Conforme Sarges (2002) assinala, há uma estimativa “que de fevereiro a dezembro de 1878, foram apresentados no Teatro, aproximadamente 126 espetáculos”. (Id. Ibidem: 82). Além dessas apresentações que aconteciam no Teatro da Paz, também em 1912 foi inaugurado o Cinema Olímpia.

Como podemos observar, o modelo de reurbanização implantado em Belém sob a administração do intendente Antônio José Lemos teve inspiração em cidades européias. A reforma realizada por Pereira Passos no Rio de Janeiro também evidenciou a influência dessas mesmas cidades européias em seu remodelamento, com destaque para Paris. Sevcenko ilustra a influência dessa cidade na reestruturação do Rio de Janeiro, citando um cronista da Revista Fon-Fon, que demonstrou essa interferência cultural através dos nomes dos estabelecimentos comerciais da recém inaugurada Avenida Central:

“Café Chic é genial! Junto ao Chic temos Rose –Maison Rose. Rose é o otimismo, é a satisfação de viver... Chic e Rose – é a expressão do anseio da nova modernidade carioca... Num desvão d’O País deparamos – Trust – tabuleta soberbamente expressiva. Recorda os milhões de Carnegie, de Vanderbilt: é uma tabuleta super-homem, fascina, atrai, empolga...” (MIÉ, 1905 Apud: SEVCENKO, 1985: 37).

Como esclarece Sevcenko, a “expressão ‘regeneração’ era por si só esclarecedora do espírito que presidiu esse movimento de destruição da velha sociedade imperial, e de montagem da nova estrutura urbana”. (SEVCENKO, 1985: 31). O prefeito Pereira Passos, além de construir praças e jardins, e expulsar os pobres que moravam no centro, também importou jardins, que simbolizavam Paris, para compor esse novo cenário urbanístico.

Essa “regeneração” também influenciou os costumes e a cultura popular. Como expõe Nicolau Sevcenko (1985), em *Literatura como missão*, o carnaval que se desejava era o da “versão européia, com arlequins e colombinas de emoções comedidas”, estabelecendo restrições para os batuques, cordões e fantasias, especialmente a de índio. (Id. *Ibidem*: 33). Angela Marques da Costa e Lilia Moritz Schwarcz (2000) também reafirmam:

As festividades populares apareciam na contramão desse processo civilizatório que implicava, entre outros, desaffricanizar costumes e inibir manifestações de rua. Não é à toa que os batuques tenham sido colocados na ilegalidade em 1905, tendo desaparecido do Carnaval baiano até os idos de 1930. Talvez seja por isso que, em 1901, o delegado de polícia do Rio de Janeiro tenha proibido a saída de índios nos desfiles de Carnaval. (COSTA, 2000: 91).

Essas transformações culturais, sociais e urbanísticas no Rio de Janeiro e em Belém refletiam a valorização do urbano frente ao rural. Dessa forma, o urbano atrelava-se ao progresso e à civilização, que se contrapunham à natureza, ao campo. O mundo rural, diante desse olhar cosmopolita, pertencia ao passado, ao atraso, por não se inserir naquele tempo moderno: um tempo dinâmico marcado pelo cenário urbano, regido pelo produzir lucro com o auxílio das máquinas, onde a noite poderia se transformar em dia através da descoberta da eletricidade.

A concepção de progresso, nesse período, estava vinculada ao que proporcionou, a partir de 1870, a II Revolução Industrial, também conhecida como revolução científico-tecnológica: a eletricidade, o petróleo, as indústrias, as estradas de ferro, a medicina, a higiene, o telégrafo, o rádio, a televisão, o cinema, a fotografia, os veículos automotores, a penicilina, o refrigerador, o fogão a gás... e tantas outras inovações que pertenciam ao mundo considerado científico, moderno e sobretudo urbano.

José Veríssimo, ao referir-se ao século XIX, em uma resenha crítica publicada pela Gazeta de Notícia em 1899, ilustra esse tecido discursivo ao afirmar:

As luzes, a liberdade, a ciência, a democracia, o progresso, o sentimento da história e da crítica, a civilização de que gaba, não são outra coisa de que o desenvolvimento natural das aquisições feitas com insano labor, luctas dolorosas e extremos sacrifícios, pelas gerações que antecederam a sua. (VERÍSSIMO, 1899:3).

Além de expor o pensamento evolucionista, Veríssimo também caracteriza a percepção de progresso e civilização vinculados à ciência. Segundo ele, no século XIX:

[...] a sciencia poz ao serviço das industrias elementos até então não sonhados. Sómente o vapor e a electricidade, aliás ainda agora na infância, multiplicaram por tal fôrma o poder do homem, que não admitta o deixassem deslumbrado. As obras que elle pôde fazer em mezes ou em alguns escassos annos, applicando um pessoal diminuto e desenvolvendo um esforço relativamente mínimo, não as pôde realizar o passado, em escala mesquinha, senão em dezenas de annos e até em seculos, sacrificando milhares de creaturas humana, n' um affan inútil de grandiosidade, a maior parte das vezes estéril. Elle reduziu as distancias e venceu os elementos. Diminuiu o universo e engrandeceu o homem. [...] Nada mais n' elle lhe é estranho, nem as regiões inhospitas e ardentes da Africa, quase europeizadas, nem os gelos mil vezes mais inhospitos do pólo [...] (Id. Ibidem: 4).

Dessa forma, modernidade atrelava-se às inovações técnicas e científicas, assim como à capacidade do homem de dominar a natureza através da ciência e instaurar a concebida civilização. Ou seja, como Veríssimo pondera, através da ciência o homem “diminuiu o universo e engrandeceu o homem”.

Luciana Murari (2009), ao abordar a concepção de natureza no final do século XIX e início do XX, enfatiza justamente que a “percepção estética da natureza transformava-se frente ao desejo de modernização”. (MURARI, 2009:328). Nesse contexto, como lembra Maria Ligia Coelho Prado (2004), os cientistas ao olharem a natureza “desejavam observá-la, medi-la, descrevê-la e rotulá-la”; a grande tarefa do engenheiro, como Murari (2009) esclarece, consistia “na superação das distâncias e dos obstáculos impostos pela natureza ao aprimoramento da civilização”. (PRADO, 2004: 179; MURARI, 2009: 321).

José Murilo de Carvalho (2005), ao abordar a concepção de progresso desse contexto, comparando-a com a predominante no período pombalino, também pondera que a “nova versão da idéia de progresso dá ainda maior ênfase à ciência e à técnica como fatores de transformação social”. (CARVALHO, 2005: 109).

Nicolau Sevcenko (1985) também, ao voltar-se à concepção de progresso, recorrente entre os intelectuais desse período, diz:

[...] acompanhar o progresso significava somente uma coisa: alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia européia, onde “nas indústrias e no comércio o progresso do século foi assombroso, e a rapidez desse progresso miraculosa”. A imagem do progresso – versão prática do conceito homólogo de civilização – se transforma na obsessão coletiva da nova burguesia. (SEVCENKO, 1985: 29).

O tempo, diante dessa concepção de progresso, incorpora a dinâmica cosmopolita e capitalista de vincular-se ao estigma de produção de riqueza. Em contraposição a essa percepção de tempo e cidade, ancora-se a imagem de indolente vinculada ao campo e aos seus habitantes. José Veríssimo, em suas obras etnográficas, evidencia esse pensamento ao caracterizar os tapuios, dizendo que:

A feição dominante do caracter d’essa gente é uma falta completa, absoluta, de energia e de acção. Todos os seus defeitos decorrem d’este e n’este se podem resumir. Vivem sob uma especie de fatalismo inconsciente, e fallece-lhes a ambição de tentar siquer sair d’esse estado. O tapuio, principalmente por ter, ou por seu gênio esquivo e desconfiado ou por motivo de cor, vivido mais afastado da nossa sociedade, ou porque não esteve apto para a civilização, ou por todas estas causas juntas, chegou a um abatimento moral lastimoso. Para elle não existe dia de amanhã. (VERÍSSIMO, 1886:20).

Ao tapuio era atribuída uma indolência e uma acomodação, como se não existisse “o dia de amanhã”. Essa forma de ser e de agir se contrapunha ao ato de acumular riqueza, que se encontrava inserido na ordem discursiva de civilização e progresso. Diante de relações estabelecidas entre modos de ser, como esse de “abatimento moral e lastimoso” e campo, Nicolau Sevcenko (1985) pondera que “mais que nunca, agora se abusaria da oposição cidade industriosa – campo indolente, como se pode verificar facilmente nas obras de Euclides da Cunha, Graça Aranha e na figura de símbolo do Jeca Tatu de Monteiro Lobato”. (SEVCENKO, 1985:32).

Nicolau Sevcenko, mencionando um texto de um cronista do *Jornal do Commercio* dessa época, pontua que, junto a esse antagonismo entre cidade e campo, a imagem do indígena imbricou-se, simultaneamente, com o remodelamento da cidade:

Trata-se das reflexões que o cronista do Jornal do Commercio efetua em torno de dois índios aculturados do interior de São Paulo, que vêm pedir proteção e auxílio ao governo federal.

‘Já se foi o tempo em que acolhíamos com uma certa simpatia esses parentes que vinham descalços e mal vestidos, falar-nos de seus infortúnios e de suas brenhas. Então a cidade era deselegante, mal calçada e escura, e porque não possuíamos monumentos, o balouçar das palmeiras aflagava a nossa vaidade. Recebíamos então sem grande constrangimento, no casarão, à sombra de nossas árvores, o gentio e os seus pesares, e lhes manifestávamos a nossa cordialidade fraternal... por clavinotes, facas de ponta, enxadas e colarinhos velhos. Agora porém a cidade mudou e nós mudamos com ela e para ela. Já não é a singela morada de pedras sob coqueiros; é o salão com tapetes ricos e grandes globos de luz elétrica. E por isso, quando o selvagem aparece, é como um parente que nos envergonha. Em vez de reparar nas mágoas do seu coração, olhamos com terror para a lama bravia dos seus pés. O nosso smartismo estragou a nossa fraternidade’. (SEVCENKO, 1985:35).

Ou seja, considerando que o olhar opera a partir de traços culturais que elegemos como critério para definir a nossa identidade, a percepção do indígena pelos intelectuais do final do século XIX e início do XX, entre eles José Veríssimo, sofreu influência desta exaltação do urbano presente no imaginário social do contexto assinalado.

Referências bibliográficas:

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz, *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

DAMAZIO, Sylvia F., *Retrato Social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1996.

José Veríssimo to Oliveira Lima, Oliveira Lima Family Papers.

LEWKOWICZ, Ida; GUTIÉRREZ, Horacio; FLORENTINO, Manolo, *Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

- MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)*. São Paulo: Alameda, 2009.
- NERY, Fernando. *Correspondências de Machado de Assis com Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Lucio de Mendonça, Mario de Alencar e outros, seguida das respostas dos destinatários*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1932.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no século XIX. Tramas, telas e textos*. 2ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- SAID, Edward W., *Cultura e imperialismo*; tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Belém. Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- VERÍSSIMO, José. *Cenas da vida amazônica. Com um estudo sobre as populações indígenas e mestiças da Amazônia*. Lisboa, Tavares Cardoso, 1886.
- VERÍSSIMO, José. *Que é literatura? E outros escritos*. Prefácio João Alexandre Barbosa. Landy: São Paulo, 2001.
- VERÍSSIMO, Jose. *Resenha Historica publicada pela "Gazeta de Notícias"*. Rio de Janeiro: Typographia da "Gazeta de Notícias", 1899.
- WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira, São Paulo: Hucitec, 1993.
- WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da floresta: uma história: Alto Juruá*. São Paulo: Hucitec, 1999.